



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA NONA (9ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

No primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Nona (9ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 27 de março de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Dayane Amaro Costa (04), João Antonio Pires Gonçalves (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Leonardo David Zaniboni (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador João Antonio Pires Gonçalves para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Sétima (7ª) e Oitava (8ª) Sessões Ordinárias, ambas realizadas em 25 de março de 2013, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 22, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, “dispondo sobre a obrigatoriedade de consulta junto ao Conselho Municipal de Cultura e ao Centro de Documentação Histórica “Joaquim Firmino de Araújo Cunha”, para qualquer tipo de demolição de edificações no Município”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 23, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, “dispondo sobre princípios de atuação preventiva no combate aos entorpecentes no ambiente escolar e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 24, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 14/2013, datada de 25/03/2013, objeto do Ofício nº 14/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a conceder anuência para constituição de garantia hipotecária em favor da empresa Forusi Metais Sanitários Ltda., da área de terreno recebida do Município, sob a forma de doação, contemplada pela Lei Municipal nº 3.369, de 5 de julho de 2.000”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei Complementar nº 04, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, “alterando dispositivo da Lei Complementar nº 267, de 2013, que dispõe sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos, em comissão, da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 2013, do Sr. Vereador Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Tavares, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Reverendíssimo Bispo da Diocese de Amparo, Dom Pedro Carlos Cipolini”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº. 14/2013, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 24/2013 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 253, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para implantação de piso tátil nas calçadas de maior movimento na região central, para auxílio na locomoção dos deficientes visuais”; nºs. 254, 256, 258, 273, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, solicitando-lhe implantação do programa de bueiros inteligentes no Município”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo modernização e implantação de ciclovias na zona leste”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe o retorno da distribuição de leite de soja nas escolas e creches do Município” e “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, solicitando-lhe melhorias no trânsito nos arredores da ETEC Pedro Ferreira Alves, para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários”; nºs. 257, 259, 263, 264, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, com base no Requerimento nº 680/2010, solicitando a implantação de programa para a realização de obras de canalização do córrego que passa pelo Jardim Maria Beatriz”, “seja oficiada a Mesa da Câmara Municipal, requerendo audiência pública, com o intuito de avançar as discussões relacionadas aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, para o dia 30 de abril do corrente, no Plenário da Câmara”, “seja oficiada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para que implante o código de endereçamento postal – CEP no Bairro Residencial Flores do Campo” e “seja oficiada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para que implante o código de endereçamento postal – CEP no Bairro Parque Real”; nº 260, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o que está sendo feito em relação à coleta seletiva de lixo, na cidade”. O Requerimento nº 255, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o projeto de pavimentação da estrada interna que liga o Jardim Planalto à Rodovia André Franco Montoro, estrada de Martim Francisco”, teve sua discussão requerida, pelo Vereador Laércio Rocha Pires, conforme dispõe o Artigo 152, § 3º, combinado com o Artigo 153, IX, ambos do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). O Requerimento nº 261, de 2013, do Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o que está sendo feito em relação à coleta de óleo de cozinha, na cidade”, teve sua discussão requerida, pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, conforme dispõe o Artigo 152, § 3º, combinado com o Artigo 153, IX, ambos do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 289, 290, 293, 294, 297, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “disponibilidade de encanamento de água na praça da Igreja São Joaquim e Santana, no Jardim Primavera”, “fiscalização e regularização da coleta de lixo domiciliar no Parque das Laranjeiras”, “instalação de cestos de lixo nos pontos de ônibus urbanos do Município”, “seja mantida aberta



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a porta para deficientes, durante os eventos realizados na Estação Educação” e “disponibilidade do espaço físico da Fundação Lucy Montoro, situado no Bairro da Saúde, para prática de atividades sociais, recreativas e esportivas, destinadas às pessoas de ‘melhor idade’ e portadoras de necessidades especiais”; nºs 291 e 292, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “construção de banheiro público na Praça Rui Barbosa” e “construção de abrigo no ponto de ônibus existente na Praça Tiradentes, localizada no Bairro Santa Cruz”; nºs 295, 296, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, respectivamente, “estudos para retorno da mão dupla de direção na Rua Padre Roque” e “instalação de alambrados na EMEF Professora Ana Isabel C. Ferreira, no SEHAC”; nº. 298, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “operação ‘tapa buracos’ na malha asfáltica da Rua 8 de Dezembro, no Bairro Santa Luzia”; nºs 300, 301, 302, 303 e 304, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “o reenvio de projeto de lei, com o intuito de doação de área de terreno à Associação Alma Mater”, “apuração a respeito de descarte ilegal de lixo doméstico e industrial, feito nas margens da Rodovia Luiz Gonzaga de Amêdo Campos”, “informe sobre o desaparecimento de placa pública, que marcava o início dos trabalhos de regularização do Aeroporto Municipal de Mogi Mirim”, “limpeza das margens da Rodovia Nagib Chaib, nas proximidades da Pedreira Degrava” e “operação ‘tapa buracos’ na malha asfáltica de todas as ruas do Jardim Ipê”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores a seguinte **MOÇÃO**, endereçadas à Mesa (aprovada pela Casa): nº 23, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares e outros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos com o Grupo de Apoio Amor Exigente, pelos dezenove anos de fundação e atuação no Município”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 62/2013, datado de 06 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

março último, subscrito pelo Sr. Nilton de Praga Barbosa da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Conchal, “remetendo cópia do Requerimento nº 52/2013, daquela Edilidade, que versa sobre o Poupatempo regional”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Ofício nº 95/2013, datado de 27 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Deputado Estadual Cauê Macris e outro, “acusando recebimento e dando encaminhamento ao assunto objeto do Requerimento nº 23/2013, desta Casa de Leis”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Ofícios nºs. 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, datados de 15, 20, 21, 22, 25, 26, 27 de março de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 201/2013; Requerimento nº 115/2013; Indicação nº 178/2013; Requerimento nº 197/2013; Requerimento nº 165/2013; Requerimento nº 175/2013; Requerimento nº 162/2013; Requerimento nº 136/2013; Requerimento nº 025/2013; Requerimento nº 020/2013; Requerimento nº 037/2013; Indicação nº 092/2013; Requerimento nº 152/2013; Requerimento nº 174/2013; Requerimento nº 178/2013; Indicação nº 162/2013; Requerimento nº 019/2013; Requerimento nº 063/2013; Requerimento nº 076/2013; Indicação nº 007/2013; Indicação nº 008/2013; Requerimento nº 043/2013; Indicação nº 028/2013; Requerimento nº 100/2013; Requerimento nº 113/2013; Requerimento nº 129/2013; Indicação nº 071/2013; Indicação nº 113/2013; Indicação nº 121/2013; Indicação nº 202/2013; Indicação nº 209/2013; Indicação nº 230/2013; Indicação nº 231/2013; Requerimento nº 193/2013; Requerimento nº 196/2013; Indicação nº 220/2013, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº 14/2013, datado de 27 de março do corrente, subscrito pelo Sr. José Luiz Amoêdo Campos, Presidente do Sindicato Rural de Mogi Mirim, “convidando para evento anual da Associação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Brasileira de Cavaleiros de Hipismo Rural, para os dias 06 e 07 de abril de 2013, no Centro Comunitário Rural”; (arquive-se, após dar ciência aos Srs. Vereadores); Ofício Especial, datado de 28 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Sr. Leônidas F. Papalardi, Gerente Regional da Telefônica Telecomunicações S/A, “informando novo contato da Divisão Institucional da empresa”; (arquive-se). Ato contínuo, o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 1 (um), de 2013, de Sessão Extraordinária**, para votação, em Turno Único, *ex-vi* do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171, do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 21/2013, do Sr. Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação, no âmbito do Município de Mogi Mirim, da Tarifa Social, para o serviço de transporte coletivo de passageiros, em linhas municipais”, a realizar-se logo após o término da sessão em curso, ficando, pois, todos os Vereadores convocados. Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora inscrita foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros que, de início, comunicou aos nobres Pares a sua intenção de solicitar o comparecimento, na Casa, do Diretor de Saúde do Município, Dr. Ary Macedo, para versar a respeito do Consórcio Intermunicipal de Saúde, que estava repleto de problemas, com as Unidades Básicas de Saúde – UBSs em situação bastante precária, bem como o comprometimento imenso da Santa Casa de Misericórdia, que estava demitindo médicos. Na ocasião, prosseguiu a Vereadora, ela também pretendia questionar o diretor acerca das parcerias em saúde que o Município estava realizando, uma delas, a parceria com a empresa de consultoria e assessoramento de Albino Mantovani, homologada que fora, pelo Prefeito Municipal, no último final de semana, destacando que se tratava da mesma empresa que iria efetuar as obras de restauração da Igreja de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

São Benedito, pela Lei Rouanet. “É uma assessoria em saúde, mas também vai fazer as obras da Igreja, então, parabéns”, colocou a Edil, ao mesmo tempo em que destacou que a presença do diretor na Casa, na próxima semana, seria de extrema significância para discussão da situação da saúde em Mogi Mirim. Versando sobre outro assunto, a Vereadora respondeu a questionamentos ocorridos nas redes sociais virtuais, a respeito da interdição, pela Renovias, de trecho da rodovia SP 340, para obras de instalação da nova praça de pedágios, o que havia causado transtornos aos usuários, haja vista a demora de duas horas na pista, enquanto era aguardada a condição de tráfego, em pleno feriado de Páscoa. A Vereadora explicou a todos, que a agenda da obra havia sido amplamente divulgada nos meios de comunicação, tais como rádios, canais de TV e jornais escritos. “Li as manifestações de vários usuários, que ficaram horas aguardando a passagem pela pista e explico que naquele local será feita uma passagem rápida”, colocou a Vereadora do PSDB. Agradecendo, encerrou sua participação. O próximo orador inscrito foi o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que discorreu a respeito do campeonato de futebol amador de Mogi Mirim. Conforme explicou, há mais de um mês a Liga de Futebol Amador de Mogi Mirim - LIFAMM vinha tentando eleger seu futuro presidente, contudo, sem qualquer progresso, informando, ainda, que a Prefeitura Municipal fazia um repasse anual para a Liga de cerca de oitenta mil reais. Na opinião do nobre Edil e após conversa com o Vice-Prefeito Gérson Rossi Júnior, já que a Liga de Futebol não estava conseguindo efetuar a eleição, propunha que a Prefeitura, através do Departamento de Recreação, Esporte e Lazer – DEREL, assumisse, ela mesma, a realização do campeonato amador. “Eu propus para o Vice-Prefeito, Gerson Rossi, que tomasse a decisão de não mais repassar o dinheiro para a Liga, e vamos ver se, desta forma, ainda haverá tanto interesse em ser presidente da Liga”, colocou o Edil. O Vereador explicou que a Liga possuía oitenta times, entre várias categorias e que, segundo informações obtidas, a eleição não se efetivava por



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

‘palhaçada’, ‘criancice’ e ‘ofensas pessoais’. Por fim, o Vereador salientou que o Vice-Prefeito aguardaria o prazo de uma semana e que, se a Liga não conseguisse se resolver dentro deste prazo, o DEREL assumiria a realização do campeonato de futebol amador de Mogi Mirim. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Daniel Santos, apenas para endossar as palavras do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, a respeito do campeonato de futebol amador de Mogi Mirim, afirmando que a Prefeitura poderia muito bem realizá-lo. “Estive presente na última reunião e, realmente, está uma vergonha a situação, não conseguem eleger um líder, pois só há interesse no repasse de verbas da Prefeitura, enquanto que os esportistas da cidade anseiam em participar dos campeonatos”, explicou. Finalizando, o Vereador disse que tinha confiança nas ações do Vice-Prefeito; que a LIFAMM deveria encerrar suas atividades; que a Prefeitura, através do DEREL, tinha plenas condições de realizar o campeonato municipal amador, que aguardaria a solução da questão com atenção e que, tais fatos eram uma grande falta de respeito para com os esportistas da cidade. Como o próximo orador inscrito, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que relatou visita ao Deputado Estadual Rafael Silva, na cidade de Ribeirão Preto, para trato de assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência, sendo ele próprio, o deputado, um deficiente visual. “A conversa foi interessante, produtiva e existem vários projetos propostos pelo deputado para a área e ele prometeu me ajudar”, explicou a Edil. A Vereadora afirmou que a busca por contatos e experiências, fora do Município, era a melhor saída para a adequação de Mogi Mirim às necessidades das pessoas portadoras de deficiência. Finalizando sua participação, mencionou o Vereador Daniel Santos, que estava lutando pelo esporte adaptado em Mogi Mirim. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que se reportou à questão da LIFAMM e do campeonato de futebol amador da cidade, assunto trazido à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

baila pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves. O Vereador explicou que havia sido o presidente fundador da Liga, permanecendo na presidência da entidade por quatro anos e que, por tais razões, acreditava entender algo sobre o assunto, afirmando, enfim, que o futebol de Mogi Mirim, na realidade, era semiprofissional, porque os atletas recebiam dinheiro para atuar pelos times da cidade. Diante do exposto, o Vereador tinha dúvidas se a Prefeitura Municipal, através do DEREL, conseguiria realizar o campeonato, mesmo porque, fora este o motivo da criação da Liga no passado, ou seja, que ela havia sido criada, porque a Prefeitura, através do antigo DERETUR, não estava mais conseguindo administrar o campeonato. “Eu não sei se a Secretaria de Esportes terá condições e pulso firme para segurar o campeonato, principalmente o da série A”, questionou o Edil. O Vereador prosseguiu, relatando que deixara de participar da Liga, justamente por causa de muitos interesses escusos, que existiam à época, não causados pelos dirigentes, mas por alguns membros de clubes de futebol, que somente visavam o interesse próprio e não o da coletividade. “O pessoal que milita no esporte amador da cidade sabe que são sempre os mesmos três, ou quatro cidadãos, que dão trabalho nas reuniões e é por isso, que muitas equipes desistiram de praticar o futebol amador em Mogi Mirim”, destacou. Por fim, o Vereador esperava que tudo desse certo, que houvesse bom senso e que um presidente fosse eleito pela LIFAMM. “É difícil organizar um campeonato e eu espero que os membros da Liga se esforcem pelo consenso, porque será bem melhor para o Poder Público”, disse, em derradeiro, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que versou a respeito de fatos ocorridos na última sessão de Câmara, fazendo menção a um movimento de coleta de assinaturas, que fora impulsionado pela oposição, na praça da cidade, e que culminara com a vinda de moradores do Parque das Laranjeiras na Casa, para uso de Tribuna Livre. O Vereador colocou que a oradora inscrita em Tribuna Livre havia sido trazida à Câmara pela oposição, quando, em seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discurso, a Vereadora Luzia Cristina Nogueira havia dito que a população viera espontaneamente à Câmara. “Quando não conseguem mobilizar a população, usam desses expedientes, como foi o movimento para reclamar dos buracos no Parque das Laranjeiras”, disse o Edil, referindo-se ao assunto objeto da Tribuna Livre. O Vereador disse que a população não poderia ser forçada a participar de movimentos e que, os cidadãos teriam que agir espontaneamente, acusando a oposição de se ‘utilizar dos inocentes’. Com relação ao Governo Gustavo Stupp, o Vereador explicou que três meses, ou noventa dias de atuação, era um prazo muito curto para se esperar milagres da administração, porque os problemas eram amplos, nas áreas de educação, saúde, limpeza e planejamento, e estavam há muitos anos sem qualquer solução. “Houve prefeito em Mogi Mirim, que nem em seis anos conseguiu arrumar a cidade”, disse. O Vereador colocou que o Prefeito era competente, trabalhador e parabenizou a sua equipe de trabalho, especificamente, a direção da área da educação, que havia prontamente sanado problemas por ele levantados, na escola do Jardim Planalto. “O Prefeito não pode fazer mágica, mas aos poucos está cumprindo suas promessas de campanha e nós devemos deixar o homem trabalhar”, frisou, finalizando sua participação o Vereador Laércio Rocha Pires. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que registrou e agradeceu a presença, nas galerias, de pessoas de Limeira, Sra. Renes Pereira, enfermeira, e seu grupo, bem como a presença dos mogimirianos Sra. Isabel Brás, da Associação dos Moradores do Jardim Progresso, e Maurílio Teixeira. O Vereador explicou que a Sra. Renes Pereira e companheiros da enfermagem faziam parte de um movimento, em Limeira, que buscava reivindicar, nas esferas federais, a aprovação do Projeto de Lei 2.295/2010, que versa sobre a jornada trabalhista de trinta horas semanais para o setor. O Vereador explicou que Mogi Mirim também teria quatro representantes no movimento, que todos iriam à Brasília, participando e militando, e que ele, orador, estava à disposição do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

movimento, desejoso de que o projeto fosse aprovado. Prosseguindo, o Vereador comentou as proposituras que havia apresentado, a saber, uma indicação para providências na Avenida Nagib Chaib, onde o descarte ilegal de lixo estava atrapalhando a vazão de água da Pedreira Degrava, alagando o leito da rodovia Nagib Chaib e comprometendo o trânsito de veículos. Também versou sobre requerimento, através do qual solicitou a implantação de bueiros inteligentes na cidade, explicando que o bueiro possuía um *chip*, que acusava o momento da limpeza da boca de lobo, evitando, desta forma, que toda a sujeira fosse derramada nas galerias de águas pluviais. Também outro requerimento, solicitando o retorno da ‘vaca mecânica’, para distribuição gratuita de leite de soja nas EMEBS e creches do Município, algo que ocorrera durante a década de 1990 e que havia cessado. Por fim, comentou Moção de congratulações que propôs para com a Associação Amor Exigente, que trabalhava com dependentes químicos e alcoolismo, explicando que a entidade havia completado dezenove anos de atuação em Mogi Mirim, agindo no auxílio às famílias dos dependentes, transformando pessoas e mudando comportamentos, reintegrando vidas à sociedade. “A comemoração da data se deu com uma palestra, com lugar no Centro Cultural, e eu quero dar meus parabéns a todos os voluntários envolvidos”, destacou, encerrando seu discurso. O próximo Vereador a fazer uso da palavra foi o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, também Presidente da entidade social Lar São Francisco de Assis, que comentou a respeito das proposituras que apresentou, primeiramente, uma indicação, sugerindo a criação do Fundo Municipal do Idoso, um assunto de competência exclusiva do Poder Executivo, que uma vez aprovado, facilitaria as doações para as entidades do Município. Conforme explicou, a Diretora da Promoção Social, Beatriz Marangoni, havia dito que o fundo seria criado e o Assessor do Gabinete, Wagner Davanço, afirmara que o projeto estava em fase final de redação, na Auditoria Municipal, e que, em breve, seria remetido à Câmara. “O projeto é muito importante e será algo muito bom, porque o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fundo recebe as deduções de imposto de renda, tanto das pessoas físicas, quanto das jurídicas, e ele vai ser direcionado para todas as entidades assistenciais do Município, evidentemente, as regularmente cadastradas, que prestam contas das verbas oriundas das esferas federal, estadual e municipal”, frisou o Edil, encerrando seu discurso. Como o próximo orador inscrito, Vereador Waldemar Marcurio Filho, desistisse da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que apesar de ‘ter jurado’ nunca mais discursar para dar respostas para provocações, dirigiu-se ao Vereador Laércio Rocha Pires, para lhe responder. Disse que a administração em foco era a administração Gustavo Stupp, que agora administrava a cidade e que, os Vereadores tinham o dever de ajudá-lo a bem gerir a cidade, para trazer segurança e melhoria de vida. Explicou que existiam vários administradores do passado, tais como Romeu Bordignon e Jamil Bacar; que Paulo de Oliveira e Silva, seu esposo, havia implantado o Orçamento Participativo, numa época em que o orçamento anual da cidade era compatível ao orçamento mensal atual, que havia gerido um município sob Carta de Intervenção e que, mesmo assim, tinha cumprido suas promessas de campanha e obtido melhorias para o centro da cidade, comércio e serviços, e havia conseguido implantar um processo de industrialização em Mogi Mirim. Como prova do que estava dizendo, a Vereadora colocou que o jornalista Mauro Adorno, de O Impacto, havia dito, quando de sua despedida do jornal, que Paulo de Oliveira e Silva havia sido o responsável pela reestruturação da cidade e que, o próprio Vereador Laércio Pires, no início de sua militância política, havia feito ações e trabalhado com verbas oriundas do Orçamento Participativo. Com relação à presença na Casa e a participação de moradores do Parque das Laranjeiras na Tribuna Livre, a Vereadora afirmou que não forçara ninguém a vir à Câmara Municipal e que, a população aqui comparecera por disposição própria, dizendo, igualmente, que tinha conhecimento dos problemas de muitos bairros, porque andava por toda a cidade, visitando vários pontos e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conversando com as pessoas, inclusive na zona rural. “Hoje, por exemplo, eu estive na zona rural e andei por quatorze quilômetros numa estrada de terra vermelha e lisinha, cascalhada, ótima e, em virtude disso, quero parabenizar o Diretor do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Estradas Rurais, Valdir Biazotto, porque está fazendo um excelente trabalho”, destacou a Vereadora, provando que era possível, em pouco tempo, reparar as vicinais do Município, contradizendo o que colocara o Vereador Laércio Pires, em sessão passada, quando ele dissera que seria melhor esperar a estiagem. A Edil prosseguiu, dizendo que os Vereadores deveriam focar no que realmente era importante e explicou que não era contrária ao trabalho do Prefeito Gustavo Stupp, mas apenas queria saber qual seria o seu plano de governo. “O Prefeito não coloca no papel o que pretende e, neste ano, ele tem que nos mandar o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, portanto, ele terá que registrar quais serão as suas ações, para os próximos quatro anos de governo, e eu quero entender sobre as promessas ele que fez, qual será o seu maior empenho e quero saber a que veio”, ponderou, encerrando seu discurso, a Edil do PSB. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, versando a respeito das proposituras que apresentou, a saber, duas indicações, a primeira, sugerindo a instalação de banheiros na Praça Rui Barbosa, explicando que fora solicitação oriunda de vários munícipes, e a segunda, a instalação de cobertura no ponto de ônibus existente na Praça Tiradentes, no Bairro Santa Cruz. O Vereador também apresentou requerimento, buscando informações sobre a coleta ecologicamente correta de lixo e de óleo de cozinha, explicando, ao finalizar sua participação, que também esta, era solicitação de muitos munícipes. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que versou a respeito da falta de iluminação no Bairro Maria Beatriz, explicando que estivera reunida com o Sr. Mauro, do setor de Planejamento da Prefeitura, e que, inclusive, havia sugerido a troca das atuais lâmpadas, por outras de tecnologia *led*, algo custoso em médio prazo, mas com resultados de alta economia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em longo prazo. “O Jardim Maria Beatriz é um bairro que foi esquecido pela administração passada, lá existe uma praça, que não tem sequer uma única lâmpada, portanto, eu gostaria que o Governo Gustavo Stupp olhasse para o bairro com mais carinho e o Prefeito me deu esperanças de implantação da iluminação, inclusive, solicitando estudos sobre a tinta refletiva de solo, que está sendo providenciada”, discorreu a Edil. A Vereadora salientou que uma cidade escura era uma cidade perigosa e que, estava aguardando tal implantação e que cobraria o empenho da administração. Acerca de outro assunto, a Vereadora Márcia Róttoli Masotti abordou questão relativa ao emplacamento de bicicletas, refletindo que as bicicletas deveriam ter placas identificativas; que deveriam obedecer as leis de transito, pois muitas trafegavam pela contramão de direção; que cabia ao Poder Executivo o estudo da parte técnica do emplacamento, que os agentes de trânsito seriam os responsáveis pela fiscalização e que, nem haveria necessidade de projeto de lei para efetivação da medida, porque a lei já existia desde a época do Prefeito Jamil Bacar, estabelecendo a obrigatoriedade de emplacamento de todas as bicicletas de Mogi Mirim. “É necessária a fiscalização das bicicletas que trafegam pela cidade, porque seus condutores não respeitam ninguém, vão pela contramão, e precisamos, de fato, emplacar as bicicletas, ficando os ‘marronzinhos’, os agentes de trânsito, os responsáveis pela fiscalização”, declarou. No tocante ao assunto abordado pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, concernente às obras em execução na rodovia SP 340, obras que tinham atrapalhado o trânsito durante horas no Domingo de Páscoa, a Vereadora Márcia Róttoli Masotti afirmou que tais obras eram relativas à instalação de uma nova praça de pedágios; que tal procedimento nunca deveria ter sido feito durante um Feriado Nacional; que era um absurdo o Governo do Estado deixar os populares aguardando duas horas na pista; que independentemente de qualquer aviso, aquele era um desserviço à comunidade, que o preço de nove reais para o pagamento do pedágio era outro absurdo e que, depois de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

efetivada a instalação da nova praça, o mogimiriano teria que pagar para visitar Holambra e Jaguariúna, cidades tão próximas. “Não pagávamos para visitar nossas cidades vizinhas e agora, vamos ter que pagar, mesmo que o preço seja baixo, e eu farei um ofício ao Governador do Estado e à direção da concessionária Renovias, para que o cidadão seja isento de pagamento do pedágio, quando nos feriados nacionais, ele permanecer esperando por duas horas, parado na pista sob o sol, dentro do seu carro, o que é uma vergonha”, declarou, finalizando sua participação, a Vereadora do PR. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni que, desde logo, afirmou ter em mãos as matrículas de dois loteamentos irregulares, a saber, o Jardim Europa e o Novacoop, lembrando, portanto, que os Vereadores não estavam ajudando apenas os moradores do Parque das Laranjeiras a regularizarem seus lotes, mas os moradores de todos os loteamentos que se encontravam irregulares na cidade. O Vereador elucidou que o Parque Novacoop, constava do Plano Diretor como loteamento irregular, mas que, na sua matrícula, não constavam quaisquer irregularidades, informação nova e que lhe causava surpresa. Relatou que um dos residentes no loteamento havia ingressado com ação de usucapião de seu lote e que, havia vencido a causa, o que abria precedente, porém algo em longo tempo, levando o Vereador a sugerir uma reunião com todos os moradores, inclusive, pedindo o apoio do Edil Daniel dos Santos, que era residente no bairro. “A notícia a ser dada aos moradores é a de que as pessoas nos procurem, para uma reunião, porque pelo que consta no registro da matrícula, basta que busquemos a empresa loteadora, que foi a Cooperativa Agropecuária Mista da Região, que em 31 de outubro de 1996, foi incorporada à Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias, com sede em Campinas, pois é esta, a figura jurídica que pode conceder a autorização de escritura para os moradores, e tudo seria feito em menor prazo, sem a contratação de advogados”, explicou o Vereador do PR. Com relação ao Jardim Europa, o Edil explicou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

situação era mais complicada; que existia uma penhora no INSS contra a loteadora, a antiga TC Construtora, que havia a necessidade de diligências junto ao Departamento Jurídico da Prefeitura e Ministério Público, para a busca de soluções e que, todo o assunto já estava em andamento. Agradecendo a todos, encerrou seu discurso. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que versou sobre a defesa da qualidade de vida na cidade, retomando assunto de 2009, referente à implantação de ciclovias na cidade, citando-se como o autor da Lei nº 168/2009, que criou o sistema cicloviário de Mogi Mirim. Salientou que lutava pela revitalização do Complexo Lavapés, que foi o complexo o local escolhido para início da implantação do sistema cicloviário, citou foto publicada na última edição do jornal A Comarca, justamente focando um local muito bem frequentado no complexo, com ciclovia, ciclofaixa, bicicletário, mas de pouca consciência ecológica e desenvolvimento sustentável. O Vereador disse que não bastava à cidade ter a lei da ciclovia, mas necessária era a consciência do cidadão, que deveria ser desenvolvida desde a mais tenra idade escolar; que locais próprios para bicicletas, tais como ciclovias, ou ciclofaixas, deveriam ser efetivamente implantados; que muitas ONGs no Município também defendiam a implantação de ciclovias e do uso inteligente da bicicleta, já que o pedestre vinha sempre em primeiro lugar e que, Mogi Mirim, com pequenas medidas, poderia se tornar uma sociedade culturalmente desenvolvida, pois todas as posturas advinham de uma base educacional. Dirigindo-se à Vereadora Márcia Masotti, disse concordar com suas palavras a respeito dos ciclistas mal educados e afirmou que ele, orador, sempre corrigia e tentava conscientizar a quem deparava trafegando pela calçada, ou pela contramão, pois a lei do sistema cicloviário existia para garantir os direitos dos ciclistas e estes não podiam dela abusar. “Fico feliz em ver os Vereadores abraçando a causa da ciclovia, pois sempre defenderei o uso racional da bicicleta e a segurança do ciclista, que tem suas responsabilidades também a cumprir, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim pode ter um sistema ciclovitário muito mais amplo, estendendo o atual, por exemplo, para as entradas e saídas da cidade, tais como a Rua Padre Roque, a Avenida Nagib Chaib, a Avenida Adib Chaib e a Avenida Rainha”, disse, concluindo, o Vereador Cinoê Duzo. A seguir, solicitou a palavra, como Líder do PPS, Artigo 98, do Regimento Interno, o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires, que retornou para replicar as palavras da Edil Luzia Cristina Nogueira, afirmando que ele não havia citado nominalmente o ex-prefeito Paulo Silva, político que permanecera oito anos como Chefe do Executivo; que era simpático ao trabalho do ex-prefeito e que, portanto, não o estava criticando. Com relação ao Parque da Imprensa, o Vereador reconheceu que o ex-prefeito havia feito alguma coisa para o bairro, porque, afinal, oito anos tinham sido tempo suficiente para alguma ação. No caso dos loteamentos irregulares, o Vereador frisou que sentia pesar, porque ex-prefeitos não haviam perseguido o objetivo de regularizar tais áreas, destacando, para encerrar sua participação, que o início da regularização do Parque das Laranjeiras havia se dado no Governo Carlos Nelson Bueno e sua conclusão se daria no Governo Gustavo Stupp. A seguir, usou da palavra a Vereadora Luzia Cristina Nogueira, como Líder do PSB, para comunicar a presença, na Casa, de representantes da Associação dos Condutores de Transporte Coletivo de Mogi Mirim e Baixa Mogiana, os quais tinham inscrição para Tribuna Livre e estavam lutando por novas regras, que trouxessem segurança para o transporte de alunos. A Vereadora pediu aos Pares que ouvissem com atenção o que o grupo tinha a expor, através de seu orador, Sr. Edegar José Ávila. Aproveitando o ensejo e encerrando a participação, a Vereadora convidou todos os Vereadores para agenda com o Delegado Titular da Ciretran, Dr. Luiz Roberto Ortiz, e com o assessor técnico do Departamento de Trânsito, Sr. Antonio Franco Barbosa Neto, que viriam à Casa, para trato do assunto da regularização e fiscalização do transporte escolar no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Município, no dia 8, segunda-feira próxima futura. A seguir, solicitou a palavra, como Líder do PSDB, Artigo 98, do Regimento Interno, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares. Este lembrou a todos que tinha votado favoravelmente ao projeto que instituiu a lei do sistema cicloviário no Município, explicando, igualmente, que havia solicitado, na Legislatura passada, via requerimento, a implantação de ciclofaixas na zona leste e em ruas específicas, tais como a Avenida João Avancini e a Rua do Mirante. Com relação à regularização dos loteamentos irregulares do Município, o Vereador, completando as palavras do Edil Leonardo Zaniboni, afirmou que todos os Vereadores estavam empenhados em resolver a questão; que tinha ciência do número da matrícula dos loteamentos, conseguido através de requerimento, que o necessário, além disso, era que a Comissão Especial, instituída para acompanhar o processo de regularização de todas as glebas, tivesse em mãos todos os documentos oficiais, relativos aos vários casos, para poder desenvolver o seu trabalho e que, a comissão tinha que trabalhar era com documentos e não com informações. “Quando fazemos um requerimento, é para nos documentarmos”, explicou o Edil, enquanto também informava que o loteamento Parque das Laranjeiras possuía dois números de matrícula, assim como o Jardim Europa, e ainda, que talvez o loteamento Domênico Bianchi tivesse três, ou mais números de matrícula. “Todos os loteamentos irregulares da cidade estão inclusos no programa cidade legal, nós estamos nos documentando e aguardando resposta via Gabinete e os nossos próximos passos serão tomados, munidos de documentos, pois estamos buscando a solução, todos os Vereadores, e aproveito para dizer aos demais Vereadores, para que não se sintam excluídos da comissão e que participem das nossas reuniões, porque vamos juntos, precisamos da participação, nada de trabalhar cada um para um lado”, frisou, finalizando o seu discurso. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

às 20h01, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação o que segue: **EM TURNO ÚNICO** : “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171, do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 18, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 174.605,63”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 18/2013, do Sr. Prefeito Municipal); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e João Antônio Pires Gonçalves, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, apenas para relatar reunião que tivera com a Vereadora Dayane Amaro Costa, versando a respeito da parceria com o Clube Mogiano – Recanto, para desenvolvimento e prática do esporte adaptado, explicando que estava empenhado, junto com a Vereadora, na luta pela acessibilidade e que, o primeiro passo era a tal parceria, porque o clube era o único local na cidade, com estrutura para esportes adaptados, além de dispor dos educadores físicos Marcos e Paulini, este último, com pós-graduação em acessibilidade. “Vamos nos empenhar neste assunto e quero agradecer à Vereadora Dayane Amaro, que me incluiu no seu projeto de acessibilidade para a cidade”, disse, encerrando sua fala o Vereador Daniel Santos. Na sequência, como a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

inscrita, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que versou a respeito de projeto, desenvolvido em parceria com o Vereador Marcos Bento de Godoy e que instituiu, no Calendário Oficial do Município, a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. A Vereadora declarou que esta inclusão no calendário havia sido de suma importância para o Município, pedindo, desde já, o apoio e a participação dos Pares no evento. Aproveitando o ensejo do discurso da Vereadora Márcia Róttoli Masotti, que havia dito da falta de iluminação no Jardim Maria Beatriz, a Vereadora do PDT relatou ter recebido resposta do Chefe do Executivo, quando de uma sua solicitação por melhorias na iluminação na Praça do Jardim Nossa Senhora Aparecida. “Os funcionários da Prefeitura fizeram os reparos, mas não se resolveu muita coisa, por causa das copas das árvores, que ficavam abaixo dos postes de luz, impedindo completamente a luminosidade”, destacou a Vereadora, ao mesmo tempo em que disse, que alguma solução tinha que ser tomada, sugerindo, inclusive, a instalação de uma iluminação de porte baixo. A Vereadora Dayane Amaro comentou ainda, sua solicitação de implantação do piso tátil, assunto de um seu requerimento, elucidando que a vida dos deficientes visuais do Município era muito dificultada, com poucos lugares de piso tátil e que, a implantação do piso faria toda a diferença para estes munícipes, porque eles teriam maior liberdade de locomoção. “Não vemos muitos deficientes visuais caminhando pelas ruas da cidade e penso que um motivo possa ser a falta de pisos táteis e foi esta, então, a razão de eu ter apresentado o requerimento”, salientou a Edil, concluindo seu discurso. Como os próximos inscritos, Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio e Laércio Rocha Pires, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Luís Roberto Tavares que, desde logo, colocou-se à disposição da Vereadora Dayane Amaro, para auxiliá-la em seus projetos voltados para a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência. Aproveitando o assunto, falou do deficiente visual Maurílio Teixeira, presente nas galerias, explicando que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cidadão, apesar de deficiente visual, andava de bicicleta pela cidade, aproveitando-se da ciclovia existente no Complexo Lavapés e ‘nunca na contramão’. Com relação a outro enfoque, o Vereador comentou indicação de sua autoria, sugerindo completa operação ‘tapa buracos’ para as ruas do Jardim Ipê, zona leste da cidade, onde o asfalto era muito ruim. Mais uma vez abordando sua Moção de Congratulações para com a Associação de Apoio Amor Exigente, o Vereador agradeceu a presença, nas galerias da Câmara, das Sras. Inês Francatto e Sandra de Moraes Lopes, membros da entidade. Relatando sobre a palestra alusiva à data, realizada no Centro Cultural, o Vereador contou de um trabalho de recuperação feito com um alcoólatra e sua família, como exemplo da atividade desenvolvida pela associação. “Eles não foram trabalhar com o dependente, mas com a família do alcoólatra, provando que é possível o resgate da família e do cidadão, através do amor familiar”, colocou o Edil, encerrando sua fala. Como os próximos inscritos, Vereadores Luiz Antônio Guarnieri, Waldemar Marcurio Filho e Marcos Bento Alves de Godoy, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Jorge Setoguchi, que se adiantou e colocou seu posicionamento em relação ao Projeto de Lei nº 21/2013, de implantação da Tarifa Social, a ser apreciado na próxima sessão da noite, explicando, desde já, que havia proposto emenda para a matéria, modificativa ao Artigo 2º, incluindo a zona rural no benefício. “A tarifa social será implantada em quatro etapas, como consta o anexo I, do projeto, e eu, como representante da zona rural, emendei a peça, para que incluísse os trechos rurais junto aos urbanos, a fim de que também os rurais sejam contemplados com a tarifa social”, elucidou, em derradeiro, o Vereador Jorge Setoguchi. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, dizendo que não era esta, a boa hora para discussão do Projeto de Lei nº 21/2013, mas que, diante do precedente do discurso do Vereador Jorge Setoguchi, iria se posicionar. A Vereadora afirmou que não via necessidade na emenda proposta; que o Artigo 1º, do projeto de lei, era claro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e estabelecia o benefício para toda a cidade ‘até os seus limites’, inclusa, obviamente, a zona rural; que o anexo era apenas um organograma, um gráfico do que seria realizado, que a emenda era uma redundância ao Artigo 1º e que, a emenda fora proposta apenas para privilegiar e ‘escrever zona rural’ no corpo do projeto. “O projeto não é nosso, é do Prefeito”, frisou a Edil, ao mesmo tempo em que destacou, que se algo real existisse, para se acrescentar à matéria, algo que realmente não constasse do corpo do projeto de lei, que ela aquiesceria, mas era contrária à emenda, porque a zona rural já estava inclusa na lei, haja vista a disposição do Artigo 1º. “Se querem colocar emenda naquilo que já está escrito na lei, desculpem-me, mas está faltando estudo, deveriam ter estudado mais”, encerrou seu discurso a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Como o próximo orador inscrito, Leonardo Zaniboni, desistiu da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Cinoê Duzo. Este defendeu seu colega de bancada e frisou que o Vereador Jorge Setoguchi tinha todo o direito de elaborar e de apresentar, ao projeto, a emenda que julgasse necessária, inclusive, debatendo-a no momento que acreditasse oportuno. “Nós sempre falamos da cidade, mas são os agricultores que carregam o nosso país e sempre estão em segundo plano, portanto, parabéns pela atitude, Vereador Jorge Setoguchi”, declarou, encerrando, o Vereador Cinoê Duzo. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o Senhor *Edegar José P. Ávila*, que versou sobre a vistoria semestral e regulamentação do transporte escolar, regulamentação e sinalização dos locais de embarque e desembarque escolar, cujo discurso foi gravado em fita própria, à disposição, nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 20h46, reabrindo-a, posteriormente, às



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

21h07. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h08, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM